A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO (ACD) COMO ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA O ESTUDO DE IDENTIDADES

Rafael F. Mesquita¹, Fátima Regina Ney Matos², Diego de Queiroz Machado³ e Laelson R. Milanês Sousa⁴

¹Instituto Federal do Piauí, Brasil. rafael.fernandes@ifpi.edu.br

²Instituto Superior Miguel Torga – ISMT-COIMBRA, Portugal. fneymatos@ismt.pt

³Universidade Federal do Ceará - UFC, Brasil. diegomachado@ufc.br

⁴Universidade de São Paulo – USP, Brasil. laelson@usp.br

Resumo. Introdução: A constituição das identidades é permeada por limitações que implicam na empregabilidade, se o foco analítico deste percurso é direcionado à dimensão social do trabalho, e enfocar a identidade na análise do discurso a partir do contexto empresarial é romper com uma lógica capitalista de naturalização desta, assumindo-a política, deslocando-a de seu sentido funcional. Objetivo: O objetivo deste trabalho, em caráter de ensaio, é apresentar as suposições ontológicas e epistemológicas da Análise Crítica do Discurso (ACD) como uma abordagem teórico-metodológica para o estudo das identidades no campo dos estudos organizacionais. Resultados: A discussão proposta segue com a apresentação da ontologia estratificada da ACD e, em nível epistemológico, as reflexões contemplam os fundamentos para a construção do conhecimento em Análises Discursivas Textualmente Orientadas (ADTO) e de caráter crítico, trazendo breves reflexões sobre as contribuições de outras abordagens da análise do discurso. Conclusões: Assim, apresenta-se a ACD como um enquadramento teórico e metodológico para investigações que considerem a constituição de identidades como um processo de identificação discursiva, que a torna constituída no discurso, bem como um elemento constituinte deste.

Palavras-chave: Análise Crítica do Discurso; Estudos Organizacionais; Identidades.

CRITICAL DISCOURSE ANALYSIS (ACD) AS A THEORETICAL-METHODOLOGICAL APPROACH TO THE STUDY OF IDENTITIES

Abstract. Introduction: The constitution of identities is permeated by limitations that imply employability, if the analytical focus of this path is directed to the social dimension of work, and to focus identity on discourse analysis from the business context breaks up with a capitalist logic of the naturalization of the latter, assuming it as political, displacing it from its functional sense. Objective: The objective of this work, as an essay, is to present the ontological and epistemological assumptions of Critical Discourse Analysis (CDA) as a theoretical-methodological approach to the study of identities in the field of organizational studies. Results: The proposed discussion follows with the presentation of the stratified ontology of the CDA and, at the epistemological level, the reflections contemplate the fundamentals for the construction of knowledge in Textually Oriented Discursive Analysis (TODA) and of a critical character, bringing brief reflections on the contributions of other approaches to discourse analysis. Conclusions: Thus, the CDA is presented as a theoretical and methodological framework for investigations that consider the constitution of identities as a process of discursive identification, which makes it constituted in the discourse, as well as a constituent element of it.

Keywords: Critical Discourse Analysis; Organizational Studies; Identities.

1. INTRODUÇÃO

A constituição das identidades é permeada por limitações que implicam na empregabilidade, se o foco analítico deste percurso é direcionado à dimensão social do trabalho, e enfocar a

identidade na análise do discurso a partir do contexto empresarial é romper com uma lógica capitalista de naturalização desta, assumindo-a política, deslocando-a de seu sentido funcional (Souza, 2017). No campo dos estudos das organizações, as abordagens linguisticamente orientadas, como as análises de discurso, empenham-se em problematizar as categorias, seu processo de constituição no discurso, como são “flexivelmente articuladas no curso de certos tipos de conversas e redações para realizar metas específicas como exclusões, culpas ou justificativas” (Nkomo & Cox, 2012, p. 350). Assim, o enfoque na constituição ‘parcialmente discursiva’ das identidades auxilia a problematização desta categoria, desvelando o processo contínuo de sua construção que se realiza na interação social, na comunicação, na construção de sentidos e relacionamentos e como produto contingente e instável resultado de circunstâncias históricas e sociais (Ainsworth & Hardy, 2004).

É na identificação discursiva que os corpos aprendem a falar a linguagem desses discursos que os tornam sociais, os posicionam no mundo. É na dialética de constituir/constituir-se, na busca pela autoidentidade, criada e sustentada rotineiramente nas atividades do indivíduo, que há a possibilidade de mudança social. Assim, são os próprios indivíduos inseridos em práticas discursivas e sociais que corroboram para a manutenção ou transformação de estruturas sociais. Como Hall (2014) explica, a identidade não é ou pode ser fixa, ela está sujeita às contradições, revisões e transformações.

No campo dos estudos organizacionais, que pode ser entendido como a disciplina ampla da gestão de organizações e sua relação com o indivíduo e com a sociedade, a contribuição da discussão se estende, mas não se limita, ao caráter emancipatório da crítica. A compreensão de como se perpetuam e preservam os interesses de determinados membros ou classes sociais à custa de outros, sustentados pelo caráter ideológico da reprodução e transformação social e cultural, a partir da manutenção hegemônica de poder, privilégios e opressões pode auxiliar na contribuição positiva em favor da mudança em curso.

Neste sentido, o objetivo deste trabalho é apresentar as suposições ontológicas e epistemológicas da Análise Crítica do Discurso (ACD) como uma abordagem teórico-metodológica para o estudo das identidades no campo dos estudos organizacionais. A discussão proposta neste ensaio segue com a apresentação da ontologia estratificada da ACD, desenvolvida por Chouliaraki, & Fairclough (1999) e Fairclough (2016), com pressupostos ontológicos próximos do que se assume na teoria social do Realismo Crítico

(RC). O debate em nível ontológico trata da natureza da realidade e como o mundo social é percebido a partir de um movimento dialético transformacional entre ação humana e estrutura social. Há um ponto de intersecção entre estrutura e agência com interdependência causal, pois a primeira constrange e possibilita a ação humana bem como é resultado desta (Ramalho, 2007). Esta pressuposição é baseada no RC de Roy Bhaskar (1978) e é a postura assumidamente adotada por Fairclough (2016) para desenvolver sua abordagem de ACD.

Em nível epistemológico, as reflexões contemplam os fundamentos para a construção do conhecimento em Análises Discursivas Textualmente Orientadas (ADTO) e de caráter crítico, trazendo breves reflexões sobre as contribuições de outras abordagens da análise do discurso. A aproximação entre RC e ACD conduz às posturas epistemológicas específicas que implicam na correspondência necessária entre teoria e empiria, uma coerência de perspectiva que acarreta na filiação dos estudos que adotam esta abordagem à tradição da pesquisa qualitativa (Braga, Machado, Moreira, Mesquita, & Matos, 2018; Mesquita, Sousa, Martins, & Matos, 2014). Assim, para concluir, apresenta-se a ACD como um enquadramento teórico e metodológico para investigações que considerem a constituição de identidades como um processo de identificação discursiva, que a torna constituída no discurso, bem como um elemento constituinte deste.

2. A ONTOLOGIA ESTRATIFICADA NA ACD

O Realismo Crítico (RC) é um dos fundamentos científicos da ACD, um movimento filosófico de origem britânica cujo principal expoente é Roy Bhaskar (1978). A expressão RC é derivada do híbrido de outras duas, o realismo transcendental, associado à filosofia da ciência, e o naturalismo crítico, relacionado à teoria e metodologia. A primeira é advinda de uma inversão do idealismo de Kant, que é idealista por se ocupar de ideias, enquanto Bhaskar preocupa-se com as realidades e fatos que podem reger ações humanas. Em sua proposta de RC, há também uma mudança da abordagem individualista da anterior, que busca ideias universais para outra cujo esforço considera o contexto de tempo e espaço das práticas sociais. Neste sentido, a problemática de pesquisa emergente do RC é essencialmente ontológica, enquanto no realismo transcendental a investida era de cunho epistemológico (Ramalho, 2007).

Em teoria e metodologia, Bhaskar (1978) argumenta em contraposição às tradições positivistas e empiristas. No naturalismo crítico questiona-se a visão de mundo que o

interpreta como natural, estável, regular e previsível, cuja investigação científica ocorre pela observação de susceptibilidade de eventos com regularidade empiricamente observável (Ramalho, 2007). A crítica é essencialmente direcionada à incomensurabilidade de método e prática entre ciências naturais e sociais, pois para as primeiras o objeto pode ser previsível e independente da ação humana, enquanto estruturas sociais são relativas e dependentes de agência, pressupõem mutabilidade e ação humana. Desta forma, a realidade deve ser percebida a partir de estratos – uma ontologia estratificada – como um sistema aberto que se constitui de diferentes domínios: o real, o actual e o empírico – aqui se concorda com Resende (2009, p. 128) para manutenção da escrita de “actual”, pois “‘atual’ em português não carrega o mesmo significado de *actual* em inglês, que se refere ao que ‘se atualiza’ de fato em um dado evento”. Estes domínios são operados simultaneamente em relações causais por estratos, sejam eles dos mais diversos tipos (físico, químico, biológico, econômico etc) gerando efeitos imprevisíveis.

Os três domínios funcionam simultaneamente a partir de mecanismos gerativos. Tais mecanismos consistem em poderes causais, não em relações teleológicas estabelecidas por um tipo de lei determinista e mecânica ou por uma regularidade necessária, como um julgamento apressado acerca da expressão “causa” pode supor. A realidade social é tida como governada por mecanismos operacionais, que são os poderes gerativos, de modo que as dimensões e os níveis da vida (social e natural, em sua interseção) têm estruturas particulares. Essas estruturas geram efeitos de forma complexa, criativa e imprevisível, através de seus mecanismos particulares de funcionamento (Peixoto & Ferreira, 2018, p. 2877).

Assim, a ontologia que compõe o mundo, para o RC em distinção ao realismo empírico, é dividida nestes três níveis, com o empírico em comum com o outro. O real é nível do que há. Ramalho (2007, p. 83) descreve-o como o “domínio dos objetos, suas estruturas, mecanismos e poderes causais. Sejam físicos, como minerais, ou sociais, como burocracias”. Nesta acepção, Sayer (2000, p. 9) complementa que o real é “o que quer que exista, seja natural ou social, independentemente de ser um objeto empírico para nós e de termos uma estrutura de compreensão adequada de sua natureza”. É neste domínio que os mecanismos de diversos estratos agem e causam efeitos nos outros níveis. Isto pode ser ilustrado com o exemplo da fala, que depende do estado fisiológico do agente e, apesar da prática social da fala não ser reduzida a um processo biológico e não ser necessário retornar à biologia para compreensão de fenômeno social, não se pode negar seu efeito na ação e na sociedade (Sayer, 2000).

O actual é o nível intermediário, localizado entre o mais abstrato, constituído por estruturas e poderes causais, o real, e o mais concreto, o empírico, o nível das experiências dos atores sociais (Ramalho, 2007). Sayer (2000) distingue o actual do real a partir de dois conceitos emprestados da teoria marxista, a força de trabalho e o trabalho. O primeiro está no nível do real, pois corresponde a uma capacidade física e o segundo, a atividade, que é ativada pelo agente e gera seus efeitos, está no nível do actual, nível dos eventos.

O empírico é o nível do que se sabe dos demais. Como afirma Ramalho (2007, p. 84-85), “se o real é o domínio dos poderes causais e o actual é o domínio dos eventos em que se acionam esses poderes, o empírico, por sua vez é o que se percebe da ativação desses no domínio dos eventos experienciados”. Por este domínio é que se tem conhecimento dos demais, a partir do filtro das experiências e percepções. Para a compreensão da implicação da ontologia estratificada do RC, Sayer (2000) explica que o reconhecimento da possibilidade dos poderes causais existirem, em potência, mesmo se não exercidos, de eventos que acontecerem ou de se ter conhecimento sobre terem acontecido, não esgota o que poderia ocorrer ou ter ocorrido.

Desta forma, o sujeito cognoscente, por meio de suas experiências, determina o que é cognoscível. A falácia epistêmica seria a tentativa de se estudar a dimensão do real por uma lente objetiva, quando o filtro das experiências do domínio empírico precisa o que se sabe sobre, o que não elimina as possibilidades do que poderia ser ou realmente é. O RC se distancia do realismo empírico a partir destas suposições e implica na apreensão de mundo social a partir de um “movimento transformacional” entre agência e estrutura. Esta seria a expressão que caracteriza a compreensão da dialética, termo usado por Fairclough (2016) e por Bhaskar (1993), como um movimento de constituição da sociedade. Apesar das afinidades, em contraponto à dialética Hegeliana, especialmente por esta partir do idealismo, Bhaskar (1978) argumenta que a sociedade não é reduzida a uma criação humana, mas pressupõe sua preexistência. Ambos, agência e estrutura não podem ser reduzidos uma a outra, pois são causalmente interdependentes (Ramalho, 2007).

A dualidade da estrutura, entendida como a propriedade desta de ser resultado da agência e meio para a ação (Giddens, 2009), e a dualidade da práxis, que pode ser uma produção consciente ou uma reprodução (usualmente inconsciente) das condições social de produção, são os atributos utilizados por Bhaskar para caracterizar a sociedade. Portanto, de um lado, o modelo de movimento transformacional resulta no entendimento de que a

ação depende de regras e recursos da estrutura, esta atuando simultaneamente como meio facilitador que permite e constrange, pois também regula. Por outro lado, a ação pode implicar em reprodução ou transformação, modificando a estrutura.

Ramalho (2007) propõe, tomando por base a suposição ontológica do RC, dividida em três domínios, uma aproximação dialógica com os pressupostos da ACD. Esta proximidade de perspectiva é assumida por Fairclough (2016) quando este se afirma realista, reconhecendo que eventos concretos, estruturas abstratas e práticas sociais são partes da realidade e que o texto tem potencial gerativo para consequências e efeitos sociais de transformação da realidade.

A aproximação advinda do diálogo entre as duas abordagens, o RC e a ACD, configura-se em interpretações de implicações para a pesquisa nestes campos. O real é traduzido do RC para a ACD em estrutura e sistema. Estrutura como possibilidade e meio e seus poderes causais, e sistema (a linguagem) como uma rede de opções, recursos que o sujeito possui e que escolhe utilizar para construir significados nas interações diárias das práticas sociais. O actual é a rede de práticas sociais, simultâneas, experienciadas ou não. A linguagem é manifesta neste nível como ordens do discurso, com combinações particulares de gêneros, discursos e estilos para a constituição do elemento discursivo das práticas sociais (Ramalho, 2007). Assim, como sua dinamicidade implica em articulações diferenciadas e novas possibilidades, sua rigidez limita o potencial da linguagem. As limitações estão associadas, como exemplo, a tipos específicos de linguagem usados por categorias de pessoas e que são relacionados à suas identidades (Fairclough, 2016). No nível empírico e dos eventos concretos, a linguagem desponta como texto. O texto gera efeito social (eventos experienciados), pois é materializado a partir do resultado da articulação entre os mecanismos sociais (estrutura) e ordens do discurso (práticas sociais).

Desta forma, a tarefa analítica da ACD, baseando-se nos princípios ontológicos do RC e nesta aproximação dialógica, não é limitada à transformação que o social provoca na linguagem, pois o movimento transformacional compreende também a relação inversa. A ACD deve preocupar-se ainda com as implicações da linguagem no social, compreendida pelo uso de um arcabouço teórico específico e análises que dependem da subjetividade do analista, seja pelas motivações específicas que conduzem a determinado foco, ou pelo critério seletivo de interpretação que busca a resposta à determinadas questões. Neste sentido, o conhecimento social das condições de produção e difusão do texto e sua inserção

nas redes de práticas sociais são possíveis, mas toda análise é parcial, particular e limitada, pois a completude não é presumível.

3. OS FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS DAS ANÁLISES DISCURSIVAS TEXTUALMENTE ORIENTADAS (ADTO)

Iniciando a discussão epistemológica na produção do conhecimento no campo da gestão, enfatiza-se que este é, sobretudo, situado em suposições positivistas e funcionalistas, mas que, dado a multidisciplinaridade de suas abordagens e seu caráter multiparadigmático, usualmente situa-se em posições concorrentes de pensamento e reflexão sobre a natureza da realidade (Johnson, 2015). A constituição do corpo teórico e metodológico da ciência da administração “só se consolidou a partir da contribuição de múltiplas disciplinas, de diferentes campos do conhecimento, conduzindo a uma visão menos especializada de seu complexo objeto de estudo” (Mesquita et al., 2014, p. 53). A heterogeneidade das possibilidades de pesquisa no campo dos estudos das organizações viabilizou a incorporação de esforços acadêmicos baseados na ACD (Silva; Gonçalves, 2017). Dentro desta perspectiva, apesar de maioria recente, já são diversos os estudos que empregam a ACD como teoria e metodologia, principalmente no Brasil (e.g. Irigaray, Cunha & Harten, 2016; Scharf & Sarquis, 2014; Onuma, Zwick & Brito, 2015; Melo, Salles & Bellen, 2012; Uglione, Barcellos & Dellagnelo, 2011), apresentando conceitos gerais e aplicações (Misoczky, 2005; Rodrigues & Dellagnelo, 2013), indicando referências gerais (Saraiva, 2011) e discutindo seu uso (Silva & Gonçalves, 2017).

Silva & Gonçalves (2017) apresentam as possibilidades de incorporação da ACD nos estudos organizacionais a partir de uma discussão epistemológica e da prática de sua aplicação no contexto brasileiro. Os autores destacam algumas perspectivas que ganharam espaço no Brasil, como: a análise de marcas textuais que ressaltam a perspectiva do enunciador em textos públicos, relacionando estas marcas às práticas sociais mais amplas que podem associar-se a estratégias de dominação; na mesma direção, práticas discursivas de atores institucionais que refletem na ação e interação de agentes que estão envolvidos com o Estado; na adultização de crianças em campanhas publicitárias; e na construção de identidades LGBT e femininas a partir da relação entre suas subjetividades individuais e as práticas sociais discriminatórias nos contextos sociais e do trabalho. Os autores ressaltam, neste percurso de debate teórico, que a ACD não deve ser vista (apenas) como um recurso metodológico e, da relação entre texto, discurso e mundo social, depreende-se o pensar

sobre a multiplicidade de fontes textuais a que se pode ter acesso no contexto da administração de empresas e do reflexo desta prática na sociedade, assim como o também múltiplo arsenal de temas que podem ser abordados na diversidade de teorias sociais que possibilitem sua compreensão (Silva & Gonçalves, 2017).

O interesse de Fairclough (2016) no desenvolvimento de uma abordagem teórico-metodológica própria para análise do discurso parte do que entende por uma ausência de pragmática específica e viável para pesquisa, aplicáveis às mais diversas áreas afins à linguística, que se atente ao arcabouço teórico das Ciências Sociais e à linguagem. A explicação da ausência de um método que contemple este anseio é fundamentada, dentre outros motivos, na abstração de outras abordagens analíticas do discurso, que dificultam sua prática, na falta de interesse pela linguagem em alguns métodos de investigação social, ou nas visões restritas e estáticas de elementos sociais nos estudos linguísticos.

A abordagem de Fairclough (2016), inserida no enquadramento da ADTO, é sustentada também na compreensão da ideologia, na conexão entre esta e o texto, pensada a partir de teorias críticas que discutem os pressupostos de uso deste termo (Peixoto & Ferreira, 2018). Nesta direção, também interessa ressaltar que a ideologia não é tomada como neutra, mas negativa, cuja eficácia depende da sua naturalização (Thompson, 2011). Esta negatividade é advinda do seu uso como dispositivo de poder e vínculo com assimetria e controle social. Estas compreensões são emprestadas à ACD e o conceito de ideologia é útil à sua aplicação na ADTO.

As contribuições de Althusser se desdobram na compreensão da materialidade da ideologia também em práticas discursivas e suas implicações para o social, conforme Fairclough (2016) endossa. Pêcheux desenvolve esta perspectiva e traz a linguagem como elemento central material da ideologia. Thompson contribui com concepção dos processos de mobilização de formas simbólicas a serviço do poder. Estas compreensões convergem no uso que a ACD faz da ideologia na sua apreensão como uma das dimensões sociais que contribuem para a manutenção ou transformação de relações de poder, dominação, controle e exploração. Os AIE como um foco de análise, pois são marcos delimitadores da luta de classe, não apenas seu lugar (Peixoto & Ferreira, 2018). Assim como o entendimento da formação de sujeitos como efeito do discurso, possuindo viés ideológico, especialmente no sentido da universalização de identidades e interesses particulares. É no texto, na ADTO, que estes conceitos são úteis para a ACD, pois “somente uma análise detalhada do corpus

pode ajudar a indicar se determinada produção de significados atua ou não em favor da reprodução de relações de poder assimétricas” (Peixoto & Ferreira, 2018, p. 2887).

O texto, percebido como uma produção social historicamente situada, principalmente na relação díade entre discurso e sociedade, pode trazer compreensões aprofundadas sobre “crenças, práticas, ideologias, atividades, relações interpessoais e identidades” (Resende & Ramalho, 2016, p. 10). Esta compreensão pode ser contributo à conscientização de efeitos sociais de textos, principalmente tornar claro que aspectos de senso comum podem ser sustentáculos de desigualdade social. Elucidar ideologias e desvelar relações de dominação pode ser um facilitador no caminho a superação de problemas causados pelas relações assimétricas de poder, parcialmente apoiadas pelo discurso.

A ideologia pode ser entendida como significações, ou construções elaboradas da realidade e que colaboram para produzir, reproduzir ou transformar as relações de dominação (Fairclough, 2016). Chauí (1984) chama de ideologia o que se oculta da realidade social, mas que, mesmo escondido ou disfarçado, possibilita movimento incessante da realidade em uma determinada direção, tomada neste sentido por escolhas que são baseadas em um processo ideológico. Se não é desvelado, este processo é tomado por verdadeiro, natural ou único e fixam modos de sociabilidade, especialmente por meio de instituições determinadas a produção de representações e ideias pelas quais se explicam a ordem social, ou mesmo um ideal desta. Desta forma, as relações de dominação e exploração são legitimadas e mantêm-se hegemônicas.

A hegemonia pode ser caracterizada como uma forma de dominação, parcial e temporária de equilíbrio instável, exercida com base mais consensual que no uso da força (Fairclough, 2016). Este conceito auxilia na compreensão da relevância da ideologia para estabelecer e manter a dominação. É na naturalização de práticas e discursos específicos que relações sociais com distribuição inarmônica de recursos materiais e simbólicos sustentam-se e, assim, contribuem para a continuidade de articulações que tomam por base o poder (Resende & Ramalho, 2016). O efeito ideológico pode ser descoberto se são desvelados quais os efeitos causais decorrentes de representações e ideias específicas, como as legitimações decorrentes destas atuam na sustentação ou modificação da realidade social.

Admitir que a ideologia é material nas práticas discursivas (Fairclough, 2016; Resende & Ramalho, 2016) é também crer no percurso inverso, se sua existência se materializa, estas formas materiais podem ser identificadas e ter seu caráter ideológico esclarecido. Este

processo de esclarecimento é o contributo da crítica que visa uma mudança emancipatória, porque ideologias naturalizadas, que se tomam por senso comum, por vontades divinas ou crenças particulares são mecanismos de preservação das hegemonias.

Os sentidos a serviço da dominação podem estar presentes nas formas simbólicas próprias da atividade social particular ou podem se fazer presentes nas autoconstruções reflexivas, caso a ideologia seja internalizada e naturalizada pelas pessoas. “A naturalização confere opacidade à ideologia e os indivíduos, muitas vezes, sequer percebem o jogo de poder envolvido nos discursos reificados” (Silva & Gonçalves, 2017, p. 18). No entanto, a busca pela autoidentidade, que deve ser criada e sustentada rotineiramente nas atividades reflexivas do indivíduo, também pode sinalizar possibilidade de mudança social. São os indivíduos inseridos em práticas discursivas e sociais, que corroboram para a manutenção ou transformação de estruturas sociais – uma visão dialética da relação entre estrutura e ação (Resende & Ramalho, 2016, p. 45-46).

4. BREVES CONCLUSÕES SOBRE A ACD COMO UMA ABORDAGEM PARA O ESTUDO DE IDENTIDADES

O ponto de partida para a escolha da ACD como abordagem teórico-metodológica pode ser a percepção da assunção de um processo discursivo de transformação social vigente em relação às identidades no mercado de trabalho e na sociedade.

A ênfase no discurso conduz à necessidade de elucidar o sentido da palavra, dentre seus diversos, adotado neste trabalho e por Fairclough (2016). Tal como resume o autor, a polissemia conflitante e sobreposta do discurso pode ser devida ao uso indiscriminado do termo e a sua adoção em diferentes perspectivas teóricas e analíticas. O discurso aqui é produto e produtor, compreendido em um modelo tridimensional no qual o texto é uma de suas dimensões. Ele reflete e representa as instituições e as constituem de diferentes modos, posicionando as pessoas de formas distintas enquanto sujeitos sociais.

As três dimensões que Fairclough (2016) apresenta no seu modelo são: o texto, dimensão de análise linguística; inserido em práticas discursivas, que evidenciam a interação entre texto e discurso no crivo dos seus processos de produção, distribuição e consumo textual; inserido em práticas sociais, que visam desvelar as circunstâncias contextuais e tensões de produção do evento discursivo, como estas moldam a prática discursiva e os efeitos

constitutivos/construtivos do discurso. O autor considera qualquer evento discursivo como um exemplo simultâneo das três.

O modelo tridimensional de Fairclough (2016) pode ser compreendido como um esforço na redução dos limites entre os estudos linguísticos e de outras ciências, como as sociais, um empenho de leitura de conteúdo social em dados linguísticos, tais como as entrevistas e demais textos utilizados como fontes empíricas, com dedicada concentração à linguagem. Ele busca superar as limitações de outras abordagens de análises de discurso, críticas ou não, uma análise “que focalize a variabilidade, a mudança e a luta: variabilidade entre as práticas e heterogeneidade entre elas como reflexo sincrônico de processos de mudança histórica que são moldados pela luta entre as forças sociais” (Fairclough, 2016, p. 61-62).

A teoria social do discurso, síntese de Fairclough (2016) a partir das contribuições de diversas concepções teóricas orientadas ao social e à linguística, é assente em influências advindas de alguns marcos importantes na teoria social que consideraram a centralidade da linguagem na vida em sociedade: a teoria marxista, com atenção ao significado da ideologia na manutenção de hegemonias sociais (Althusser, 1992; Gramsci, 1971) e o discurso como a excelência de sua forma material linguística (Pêcheux, 2015); com Michel Foucault nas tecnologias do poder ilustradas na linguagem, e com Jürgen Habermas nos usos estratégicos da linguagem.

No desenvolvimento da abordagem da ACD, Fairclough (2016) considera que, para a investigação de mudanças sociais, seria necessária a atenção às condições mínimas que preconiza e que justificam a sua relevância: (i) a análise multidimensional, que considera e permite a verificação de relações entre mudanças sociais e de discurso, relacionando as propriedades do texto aos eventos discursivos que se inserem em práticas sociais; (ii) a análise multifuncional, uma perspectiva que contemple como textos simultaneamente representam a realidade, a nível de conhecimento em que se incluem as crenças e o senso comum, relações sociais e as ordens do discurso, e o estabelecimento de identidades; (iii) a análise histórica, correspondente à atenção aos processos de estruturação das ordens do discurso; e (iv) um método crítico, que busque desvelar os aspectos ocultos que conectam a mudança discursiva, social e cultural.

Depois da compreensão da constituição das identidades como processo de identificação discursiva, parte-se da pergunta que também é título de um artigo de Ainsworth & Hardy (2004, p. 225, tradução nossa) “análise crítica do discurso e identidade: por que se

incomodar”? As autoras discorrem em seu texto que o estudo com identidades específicas tem sido objeto em diversas áreas do conhecimento, com focos particulares. Para esta discussão, elas utilizam a identidade “trabalhador idoso” como fio condutor da argumentação e debatem como a economia, a pesquisa de mercado de trabalho, a gerontologia e os estudos culturais investigam as relações desta categoria identitária com seus objetos específicos de estudo e suas implicações. De acordo com as orientações que guiam e fornecem suporte analítico em cada uma destas disciplinas, sem desconsiderar as contribuições que propiciam, Ainsworth & Hardy (2004) argumentam que a ACD se preocupa com uma questão fundamental que tem sido negligenciada não apenas nestas áreas, a própria constituição da identidade.

As interpretações das disciplinas citadas pelas autoras possuem uma tendência a tomar as categorias identitárias como algo garantido, generalizado, ou que não necessita de problematização. Elas facilitam a compreensão de problemas relacionados às suas matérias, mas não discutem a constituição ou a situação sócio-histórica de utilização da categoria que utilizam como sujeito. A ACD pode descortinar aspectos das identidades próprios de suas particularidades, enquanto abordagem teórico-metodológica, e contribuir para o preenchimento destas lacunas. Nesta direção, a análise do discurso se interessa, mas não apenas, na forma como as pessoas se categorizam, abordando a identidade como um processo contínuo que se realiza na interação social, especialmente na comunicação, na construção de sentidos e relacionamentos (Ainsworth & Hardy, 2004) e como produto contingente e instável resultado de circunstâncias históricas e sociais (Hall, 2014).

Em um enquadre que tem ampliado o caráter emancipatório da ACD, Chouliaraki e Fairclough (1999) discorrem sobre como a análise deve ser conduzida: a partir de um problema oriundo de uma relação assimétrica de poder em que discursos particulares podem estar naturalizando-se universais. Este ponto de partida é seguido pela identificação dos obstáculos que impedem ou dificultam a superação do problema, com a análise da prática social que, ao detalhar os elementos que auxiliam na sustentação do óbice, pode ser executada de três formas complementares e simultâneas: a análise da conjuntura, a configuração das práticas; a análise da prática em particular; e a análise do discurso, orientando-se para estrutura e interação (Chouliaraki & Fairclough, 1999). As etapas seguintes são a identificação da função do problema na prática e os possíveis modos de sobrepujá-lo. Uma reflexão final sobre a análise encerra este enquadre, pois a crítica deve ser reflexiva (Resende & Ramalho, 2016).

Segundo a autora e o autor, a vantagem de se focalizar as práticas sociais é a possibilidade de se perceber não apenas o efeito de eventos individuais, mas de séries de eventos conjuntamente relacionados na sustentação e na transformação de estruturas, uma vez que a prática social é entendida como um ponto de conexão entre estruturas e eventos. Estruturas sociais são entidades abstratas que definem um potencial, um conjunto de possibilidades para a realização de eventos (Resende & Ramalho, 2016, p. 41).

A abordagem da ACD foi desenvolvida por Fairclough (2016) e Chouliaraki & Fairclough (1999) para investigações em contextos de mudanças sociais é coerente ao contexto e ao objetivo deste ensaio, por considerar-se a constituição das identidades como um processo de identificação discursiva, que as torna constituídas no discurso, bem como elementos constituintes deste.

5. REFERÊNCIAS

- Ainsworth, S., & Hardy, C. (2004). Critical discourse analysis and identity: Why bother?. *Critical discourse studies*, 1(2), 225-259.
- Althusser, L. (1985). *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 2.
- Bhaskar, R. (1978). *A Realist Theory of Science* (Brighton, Harvester,).
- Bhaskar, R. (1993). *Dialectic: The Pulse of Freedom*.
- Braga, C. S. C., de Queiroz Machado, D., Moreira, M. Z., de Mesquita, R. F., & Matos, F. R. N. (2018, October). Contributions and limits to the use of softwares to support content analysis. In *World Conference on Qualitative Research* (pp. 12-21). Springer, Cham.
- Chauí, M. (1984). O que é ideologia. São Paulo. *Abril Cultural/Brasiliense*.
- Chouliaraki, L., & Fairclough, N. (1999). *Discourse in late modernity: Rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh University Press.
- Fairclough, N. (2016). *Discurso e mudança social*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Giddens, A. (2009). *A constituição da sociedade* (3a). São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Gramsci, A. (1971). *Selections from the prison notebooks*. London: Lawrence and Wishart.
- Hall, S. (2014). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina.
- Irigaray, H. A. R., Cunha, G. X., & Harten, B. A. (2016). Missão organizacional: o que a análise crítica do discurso revela? *Cadernos EBAPE. BR*, 14(4), 920-933.
- Melo, P. T. N. B. D., Salles, H. K. D., & van Bellen, H. M. (2012). Quadro institucional para o desenvolvimento sustentável: o papel dos países em desenvolvimento com base na análise crítica do discurso da Rio+20. *Cadernos EBAPE. BR*, 10(3), 701-720.
- Mesquita, R. F., & Matos, F. R. N. (2014). A abordagem qualitativa nas ciências administrativas: aspectos históricos, tipologias e perspectivas futuras. *Revista Brasileira de Administração Científica*, 5(1), 7-22.

- Mesquita, R. F., de Sousa, M. B., Martins, T. B., & Matos, F. R. N. (2014). Óbices metodológicos da prática de pesquisa nas ciências administrativas. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 8(1), 50-65.
- Misoczky, M. C. (2010). Análise crítica do discurso: uma apresentação. *GESTÃO. Org-Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, 3(2).
- Nkomo, S. M., & Cox JR, T. (2012). Diversidade e identidade nas organizações. In: Clegg, S. R.; Hardy, C.; Nord, W. R. (Orgs.). *Handbook de estudos organizacionais*, 1, 334-360.
- Onuma, F. M. S., Zwick, E., & de Brito, M. J. (2015). Ideologia gerencialista, poder e gestão de pessoas na administração pública e privada: uma interpretação sob a ótica da análise crítica do discurso. *Revista de Ciências da Administração*, 17(42), 106-120.
- Pêcheux, M., & Orlandi, E. P. (1995). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Editora da UNICAMP.
- Pêcheux, M. (2015). *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 7. ed. Campinas, SP: Pontes Editores.
- Peixoto, M. E. G., & Ferreira, R. (2018). Texto e ideologia: a análise de discurso textualmente orientada. *Fórum Linguístico*, 15(1), 2875-2890.
- Ramalho, V. (2007). Diálogos teórico-metodológicos: análise de discurso crítica e realismo crítico. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 8, 78-104.
- Resende, V. M. (2009). Reflexões teóricas e epistemológicas em torno da Análise de Discurso Crítica. *Polifonia*, 15(17).
- Resende, V. M., Ramalho, V. C. V. S. (2016). *Análise do discurso crítica*. 2. ed. São Paulo: Contexto.
- Rodrigues, M. S., & Dellagnelo, E. H. L. (2013). Do discurso e de sua análise: reflexões sobre limites e possibilidades na Ciência da Administração. *Cadernos EBAPE. BR*, 11(4), 621-635.
- Saraiva L. A. S., Costa, A. M. (2011). Análise crítica do discurso. *Revista de Administração de Empresas*, 51(6):, 613-613.
- Sayer, A. (2000). Características chave do realismo crítico na prática: um breve resumo. *Estudos de Sociologia*, 2(6), 7-32.
- Scharf, E. R., & Sarquis, A. B. (2014). Análise crítica do discurso na propaganda de lançamento do Citroën C3 Picasso. *Revista Brasileira de Marketing*, 13(3), 36-48.
- Silva, E. R. D., & Gonçalves, C. A. (2017). Possibilidades de incorporação da análise crítica do discurso de Norman Fairclough no estudo das organizações. *Cadernos EBAPE. BR*, 15(1), 1-20.
- Souza, E. M. (2017). A teoria queer e os estudos organizacionais: revisando conceitos sobre identidade. *RAC-Revista de Administração Contemporânea*, 21(3), 308-326.
- Souza, E. M. D., & Carrieri, A. D. P. (2010). A analítica queer e seu rompimento com a concepção binária de gênero. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 11(3), 46-70.
- Thompson, J. B. (2002). *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*.
- Uglicone, H. K. S., Barcellos, R. D. M. R., Silva, R. C., & Dellagnelo, E. H. L. (2009). Mercantilização de ações solidárias empresariais: uma discussão a partir da análise crítica do discurso. *GESTÃO. Org*, 9(2), 226-253.